

insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa da Sra. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

21 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Teresa Maria de Melo Madail*. — O Oficial de Justiça, *Correia Mendes*.

300370529

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Anúncio n.º 4021/2008

**Prestação de contas de administrador
Processo n.º 3480/05.4TJVNF-F**

Credor: Ministério Público.

Insolvente: ENI — Empresa Nortenha de Impermeabilizações, L.da

A Dr(a). Mafalda Bravo Correia, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente ENI — Empresa Nortenha de Impermeabilizações, Lda, NIF — 505224852, Endereço: Rua dos Campos, n.º 111 — Armazem n.º 5, Gavião, 4760-000 Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

21 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Mafalda Bravo Correia*. — O Oficial de Justiça, *Eugénia Silva*.

300360039

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 4022/2008

**Insolvência de pessoa singular (apresentação)
Processo n.º 8/08.8TBVNG**

**Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo
Restante e Nomeação de Fiduciário**

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Fernando Ferreira do Couto, estado civil: Casado (regime: Comunhão geral de bens), nascido(a) em 20-04-1934, BI — 795874, Endereço: Rua Coronel Alves Silva, 320, Sandim, 4415-000 Vila Nova Gaia e Credor: 3.º Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia e outro(s).

Administradora de Insolvência: Dr.ª Maria Margarida de Almeida e Silva, Endereço: Rua de Santa Catarina, n.º 391 — 4.º Esq., 4000-451 Porto.

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeada: Sr.ª Dr.ª Ana Domingues Ferreira Alves, Endereço: Rua da Piedade, n.º 43 — Sala 36, 4050-481 Porto.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores (artigos 239.º/4 e 240.º/1 do CIRE).

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

29 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Susana Aguilar*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Anselmo*.

300396522

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 4023/2008

**Insolvência pessoa colectiva (Requerida)
Processo: 554/06.8TYVNG**

Credor: Sociedade de Confecções Rebelde, Lda
Devedor: Obê Franchising de Vestuário, Ld.ª

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 2.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 23-05-2008, pelas 9:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Obê Franchising de Vestuário, Ld.ª, NIF — 506582418, com sede na Rua do Cerco do Porto, n.º 211, 4000-000 Porto

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Fernando Bordeira Costa, Endereço: Rua Ivone Silva, n.º 115, 2775-302 Parede

São administradores do devedor:

João Miguel Cardoso de Sousa Marques Pinto, Endereço: Rua do Cerco do Porto, 211, 4300-000 Porto

Ricardo Alexandre Cardoso de Sousa Marques Pinto, Endereço: Rua do Cerco do Porto, 211, 4300-000 Porto

Orquídea Branca Cardoso de Sousa, estado civil: Desconhecido., NIF — 155804693, Endereço: Rua do Cerco do Porto, 211, 4300-000 Porto.

Paulo Alexandre Gomes de Sousa Pinto, estado civil: Desconhecido, NIF — 204681480, Endereço: Rua do Cerco do Porto, 211, 4300-000 Porto, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191º do CIRE Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

26 de Maio de 2008. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *A. Miranda*.

300373859

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 4024/2008

**Publicidade de sentença e notificação de interessados
nos autos de Insolvência acima identificados**

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo, no dia 19-05-2008, às 15:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Fátima Coelho & Miranda, Ld.ª, NIF — 502441542, Endereço: Av. D. Afonso Henriques N.º 1196, Sala 211, 4450-000 Matosinhos

com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.º Adélia dos Reis Rodrigues, Endereço: Av.ª Alm. César Augusto Campos Rodrigues, 16-12.º dt.º, Carnaxide, 2795-480 Carnaxide
São administradores do devedor:

Lia de Fátima Ventura, Endereço: Com Domicílio Profissional na Av.ª Afonso Henriques, N.º 1196, Sala 211, 4450-000 Matosinhos, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

N/Referência: 860362

26 de Maio de 2008. — O Juiz de Direito, *Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Carvalho*.

300373348

Anúncio n.º 4025/2008

Publicidade do despacho da nomeação de administrador judicial provisório nos autos de Insolvência identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, Proc. 349/08.4TYVNG, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, foi em 30/05/2008 proferido despacho de nomeação de administrador judicial provisório de devedor:

Fernando & Pastor, Lda, NIF — 506747840, Endereço: Rua Almeiriga — Norte, n.º 2520, 4455-418 Perafita, com sede na morada indicada.

Para Administrador Judicial Provisório é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Administrador Judicial -Vitor Almeida, telef. 222006767, fax 222009147, Endereço: Rua do Almada, 152-3.º sala 1 e 2, 4050-031 Porto.

Foi ainda fixado por despacho os deveres e as competências do referido administrador e que são as seguintes:

Tem ainda o administrador direito de acesso à sede e às instalações empresariais do devedor e de proceder a quaisquer inspeções e a exames, designadamente dos elementos da sua contabilidade.

O devedor fica obrigado a fornecer-lhe todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções.

5 de Junho de 2008. — O Juiz de Direito, *Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Fábia de Jesus Moreno*.

300409214

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL

Anúncio n.º 4026/2008

Processo: 36/05.5LAVRL Processo Comum (Tribunal Singular)

O/A Mm.º(ª) Juiz de Direito Rogério Teixeira Margarido, do(a) 3.º Juízo — Tribunal Judicial de Vila Real:

Faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 36/05.5LAVRL, pendente neste Tribunal contra o arguido Nikolai Krnkanovlki, filho de Krijnovski Nicolai Ivanovich e de Kovalchuk Tatiana Niculavna, nacional de Ucrânia, nascido em 31-03-1957, e com domicílio na Rua Kyiuska, N.º 94 — Apartigo 81, Jitomir, no qual se encontra acusado pela prática de 1 crime de Incêndio florestal por negligência, p.p. pelo artigo 272, n.º s 1, al. a) e 3 do C. Penal, praticado em 05-08-2005, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do C. P. Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do(a) arguido(a), sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo(a) arguido(a), após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

d) O arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

5 de Junho de 2008. — O Juiz de Direito, *Rogério Teixeira Margarido*. — O Escrivão Auxiliar, *Vitor Rodrigues*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VISEU

Anúncio n.º 4027/2008

Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 716-C/2002

Liquidatário Judicial: Teresa Alegre

Falido: TURIBÉRICA — Soc. de Investimentos Turísticos

A Dr.ª Maria da Purificação Carvalho, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o falida(o) TURIBÉRICA — Soc. de Investimentos Turísticos, NIF — 502164484, Endereço: IP 5, Km 77, Routar, Torredeita, 3500-000 Viseu, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

26 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria da Purificação Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Mário Lourenço*.

300371396



PARTE E

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Serviços Académicos

Aviso n.º 17905/2008

Sob proposta do conselho científico da Escola Superior de Educação, aprovada Por despacho reitoral de 2 de Junho de 2008, a seguir se publica:

Curso de Mestrado em Dinamização das Ciências em Contexto Escolar (2.º Ciclo)

(2008/2010)

1 — N.º de Vagas: 20

2 — N.º mínimo de inscrições necessárias para o funcionamento do curso: 10

3 — Prazos de candidatura, matrícula e inscrição:

3.1 — Período de candidatura — de 2 a 30 de Junho de 2008;